

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
REQUERIMENTO nº , de 2021
(Da Deputada Natália Bonavides)

Requer à Comissão de Educação a realização de Audiência Pública para debater a proposta de alteração das estruturas dos Institutos Federais.

Senhora Presidenta,

Requeiro, com fundamento no artigo 32, inciso IX, alínea a, combinado com o artigo 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater a proposta de alteração das estruturas dos Institutos Federais, apresentada pelo Secretário de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/MEC, Tomás Dias Sant'Ana nesta Comissão no dia 22 de setembro de 2021.

Para a audiência, sugerimos os (as) seguintes convidados (as):

- Sônia Regina de Souza Fernandes - Presidenta da CONIF
- Carlos David de Carvalho Lobão - Coordenador do SINASEFE Nacional
- Karydja Kethury da Silva França - Presidenta da Rede de Grêmios do IFRN
- José Arnóbio de Araújo Filho - Reitor do IFRN
- União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES
- Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico – FENET

JUSTIFICAÇÃO

Em reunião ordinária da Comissão de Educação, realizada em 22 de setembro do corrente ano, o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/MEC,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Natália Bonavides
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD216944960600>



Tomás Dias Sant'Ana, apresentou de forma breve a proposta do governo federal para alteração das estruturas dos Institutos Federais.

Tendo em vista a importância do tema, a limitação temporal e a ausência de participação social na decisão tomada para reestruturação dos institutos federais, faz-se necessário um debate mais aprofundado, com participação da sociedade civil, de profissionais que atuam nos Institutos, dos discentes, de gestores, pesquisadores e especialistas.

Enquanto o governo federal estrangula financeiramente as instituições de ensino federais, com cortes orçamentários bruscos, apresenta uma proposta que, nitidamente, se trata de um subterfúgio para ampliar a influência governista nos Institutos Federais, configurando uma evidente violação da autonomia que é garantida às instituições de ensino. Isso se torna ainda mais nítido quando vemos a política intervencionista que o governo federal vem tomando, com nomeação de diversos interventores, tanto nos Institutos como nas Universidades Federais.

Diante do exposto, apresentamos o presente requerimento para aprofundamento das discussões.

Brasília, 22 de setembro de 2021

Deputada NATÁLIA BONAVIDES (PT/RN)

